

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA**CONSELHO UNIVERSITÁRIO****SECRETARIA****ATA Nº 2/2019**

Aos dezoito dias do mês de março de dois mil e dezenove, às dez horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, localizada no edifício da Reitoria, *Campus* Universitário em Uvaranas, situado na Avenida General Carlos Cavalcanti nº 4748, na cidade de Ponta Grossa, Paraná, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Professor Miguel Sanches Neto, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário - COU, com a presença da Senhor Vice-Reitor Professor Everson Augusto Krum e dos Conselheiros Antonio José Camargo (suplente), Andrea Tedesco, Barbara Celânia Fiorin, Cloris Regina Blanski Grden, Giovanni Marino Favero, Irvana Chemin Branco (suplente), Ivo Mottin Demiate, Janaina de Paula do Espírito Santo, Jeverson Machado do Nascimento, Ligia Paula Couto, Luana Marcia de Oliveira Billerbeck, Lucimar Araújo Braga, Lúcio Marcos de Geus, Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, Marcia Helena Baldani Pinto (suplente), Marcos Vinicius Fidelis, Marcus William Hauser, Mauricio Zadra Pacheco, Paola Andressa Scortegagna, Silvio Luiz Rutz da Silva, Telma Passos e Vicente Paulo Hajaki Ribas; contando ainda com a presença dos servidores Guilherme Amaral Alves, Luciane Pereira da Silva Navarro, Luiz Gustavo Barros e Paulo César Machado Lemos, para apreciarem a seguinte ordem do dia: **1** - Processo nº **03.785/2019**. Interessados: Ricardo Antonio Ayub e Wilson Massamitu Furuya. Assunto: Interpõe recurso administrativo pertinente ao indeferimento da inscrição para concorrer aos cargos de Diretor e Diretor Adjunto do Setor de Ciências Agrárias e de Tecnologia, da UEPG. Relator: Marcos Vinicius Fidelis; **2** - Processo nº **04.068/2019**.

25 Interessados: Regina Fátima Wolochn e Alexandre Almeida Rocha. Assunto: Interpõe
26 recurso administrativo pertinente ao indeferimento da inscrição para concorrer aos cargos
27 de Diretor e Diretor Adjunto do Setor de Ciências Jurídicas, da UEPG. Relator: Marcos
28 Vinicius Fidelis. Constatada a existência de quórum regimental, a Presidência da mesa
29 cumprimentou a todos os presentes e iniciou a reunião procedendo ao chamamento dos
30 Processos inseridos na pauta respectiva de recursos quando o Conselheiro relator Marcos
31 Vinicius Fidelis manifestou-se a respeito do PROCESSO Nº **03.785/2019** informando que
32 não foram acostados ao processo documentos que modificam a avaliação do mesmo;
33 relatou que conforme preconizam as Resolução UNIV nº 036/2009 e nº 21/2013, os
34 pareceres da Comissão Eleitoral e do Relator no Conselho de Administração - CA foram
35 analisados nos documentos apresentados na inscrição, que atestam a situação de
36 inadimplência e indeferem a chapa, assim solicitou a ratificação da decisão da Comissão
37 Eleitoral. O Presidente abriu espaço para manifestação dos recorrentes, a fim de defesa
38 junto ao Conselho. Iniciando o Professor Ricardo Antonio Ayub procedeu ao seu relato
39 que segue transcrito: *“Bom dia a todos, cumprimentando o Reitor, cumprimento a todos.
40 Olha, o Professor Furuya tinha um projeto que terminou em outubro, logo ele tinha até
41 dezembro para apresentar o relatório. Só que em dezembro a Universidade entra em
42 recesso administrativo, depois, em janeiro é férias, mas a PRORH estava funcionando e a
43 PRORH não mandou nenhum documento para o professor, assim como a PROPESP
44 também não, isto quer dizer que se o professor tivesse sido alertado, se tivesse tido a
45 decência de avisar um professor que está trabalhando pela Instituição, não aconteceria.
46 Conseqüentemente, a PRORH entregou um ofício no dia treze, emitiu um ofício no dia
47 treze de fevereiro, último dia das inscrições. Que o professor recebeu no dia dezoito
48 quando foi indeferido a nossa chapa. Então se tem um erro aqui, não é do Professor! É
49 também da Instituição. E nós viemos aqui pedir o nosso direito democrático de concorrer*

50 *as eleições, e como eu não quero deixar o nome do meu colega ser injuriado dessa forma,*
51 *eu vou deixá-lo se apresentar”.* Em seguida fazendo uso da palavra o Professor Wilson
52 *Massamitu Furuya efetuou sua defesa conforme transcrito a seguir: “Bom dia a todos,*
53 *Magnífico Reitor e honrados membros do Conselho Universitário. Meu nome é Wilson*
54 *Furuya e por remoção eu cheguei aqui em dois mil e onze na UEPG, marquei uma*
55 *reunião com o Professor João no dia dez de dezembro de dois mil e dez e ele perguntou*
56 *se eu poderia ajudar a UEPG naquele momento, que tinha um Curso de Zootecnia que*
57 *estava em outra extensão, cinquenta por cento dos professores colaboradores sem título*
58 *de Mestre, estava pra ser desligado, que tinha problemas internos e que ele precisava do*
59 *meu trabalho nesse momento de remoção. Naquele momento eu tinha sido convidado*
60 *pelo então candidato Décio pra compor a Pró-Reitoria da UEM e, ao mesmo tempo, eu*
61 *tinha aprovado o meu Pós-Doc no Canadá. E por opção própria eu fui transferido para*
62 *a UEPG, eu optei por vir pra UEPG, e os meus colegas perguntaram pra mim o que eu*
63 *poderia fazer pelo Departamento. Eu falei que simplesmente iria fazer pela UEPG o que*
64 *eu sempre fiz a minha vida toda: eu chego na UEPG às sete horas e vinte minutos da*
65 *manhã todos os dias, comecei a trabalhar no dia quatro de janeiro aqui e faço isso há*
66 *vinte e três anos. Em oito anos que eu estou aqui o Curso de Zootecnia que estava pra ser*
67 *desligado, hoje ele tem a melhor avaliação do Brasil. Ele é cinco no ENADE. Ele é quatro*
68 *no Guia do Estudante! E com essa contratação de novos professores que eu exigi para o*
69 *João, nós criamos a pós-graduação. Hoje, eu tenho vinte projetos na PROPESP, eu oriento*
70 *alunos de praticamente quase todas as regiões do Brasil, principalmente aonde há*
71 *necessidade de inserção social e econômica. Tenho alunos no Maranhão, Piauí, do Peru,*
72 *de Pernambuco, Rio Grande do Sul e vários espalhados pelo Brasil todo. O número de*
73 *projetos que eu tenho cadastrados na PROPESP poderiam justificar o meu TIDE porque*
74 *oitenta por cento dos recursos que foram captados pelo meu Departamento, vieram de*

75 *projetos que o nosso grupo de trabalho fez. No ano passado foram arrecadados seiscentos*
76 *mil reais somente em análises laboratoriais e, eu acredito hoje que o papel de um Diretor*
77 *de Setor ele vai muito além do que é o que vinha sendo feito até hoje. O Diretor ele tem*
78 *que trabalhar junto com a alta Reitoria da Universidade para contribuir com o*
79 *desenvolvimento desta Universidade, não é somente um intermediário de processo. É uma*
80 *pessoa ativa que trabalha junto com a Reitoria e ajuda a beneficiar a Universidade. Tudo*
81 *o que eu fiz por essa Universidade foi lutar por ela até hoje. Fiquei na Secretaria de Pós-*
82 *Graduação sem secretário durante quatro anos, fiquei lotado num Departamento onde*
83 *não tinha sequer laboratório pra mim, eu vim de uma Universidade onde eu tinha uma*
84 *sala e dois laboratórios! E com todo coração eu fiquei aqui na UEPG sem laboratório*
85 *durante seis anos, sem sala de permanência e sem onde alocar os meus alunos, e um local*
86 *onde eu tenho muito orgulho aqui na UEPG. Pra mim, receber a informação de que eu*
87 *não tenho TIDE ou porque eu atrasei, talvez seja porque eu tenho dentro do meu*
88 *laboratório vinte e três alunos, nunca deixei de dar aula na Graduação e nem na Pós-*
89 *Graduação. Com todos os projetos, com todos os trabalhos que eu tenho, eu nunca deixei*
90 *de fazer uma coisa aqui nessa UEPG. Foi dar o meu coração por essa Universidade. E, eu*
91 *peço a vocês, apesar de todas constatações, para um bom japonês, a maior constatação*
92 *é a palavra do homem. Não sei se vocês vão entender isso, mas tudo que eu fiz por essa*
93 *Universidade foi lutar por ela e eu vou lutar até o final pela UEPG. Se esse Conselho*
94 *entender que não nos cabe direito a isso, então eu fico à disposição dos trabalhos que eu*
95 *tenho que fazer e sempre vou continuar fazendo. Não vou deixar de orientar nenhum*
96 *aluno pelo Brasil todo, eu trabalho com quatro Universidades no Brasil e três*
97 *Universidades no Exterior pra inserção social dos meus orientandos. É muita*
98 *responsabilidade que eu tenho. Então, eu peço a compreensão de vocês, agradeço o*
99 *Professor Ayub pela confiança, eu acho que acima de tudo, nós temos que lutar pela*

100 *UEPG. Nós estamos num momento em que vem sendo atentado a nossa soberania, a*
101 *nossa autonomia e cortes de recursos e o papel do Diretor hoje é muito mais além do que*
102 *intermediar papel, mas criar um sinergismo, uma força, com a Reitoria para que possa*
103 *desenvolver a UEPG como um todo, não pensando como um Setor, ok? Professor Ayub,*
104 *obrigado pela confiança, nós somos Professores Titulares que estamos doando o nosso*
105 *coração aqui para contribuir com o desenvolvimento dessa Universidade. Tudo que eu fiz*
106 *por essa Universidade e faço, eu luto por ela. Tá, então peço apoio aí à nossa causa".* O
107 Professor Ricardo Antonio Ayub retomou a palavra e informou que o relatório do
108 professor já foi aprovado em reunião departamental. Em seguida, o Conselheiro relator
109 Marcos Vinicius Fidelis manifestou-se sobre o mencionado pelo Professor Ricardo Antonio
110 Ayub, a seguir transcrito "*Senhor Presidente, só uma manifestação! Com todo respeito aos*
111 *dignos professores candidatos, que na verdade a manifestação do Professor Ayub sobre a*
112 *decência da PRORH, entendemos que são atos dos servidores, que o ato da comunicação*
113 *da inadimplência ela estava disponível aos Senhores Candidatos, a comunicação é feita*
114 *pelos servidores da PRORH apenas confirmadas pelo Pró-Reitor. Então, não fazemos juízo*
115 *nenhum sobre a qualidade dos professores candidatos, muito pelo contrário,*
116 *reconhecemos a contribuição que os dois professores dão à essa Instituição e a nossa*
117 *posição apenas vem no sentido de ratificar que as ferramentas da Comissão Eleitoral são*
118 *legítimas e que retratam a situação no momento presente da avaliação das*
119 *candidaturas".* O Professor Ricardo Antonio Ayub manifestou-se novamente cujo
120 pronunciamento segue transcrita: "*Se nós não somos uma entidade de punir pessoas que*
121 *trabalham deveriam ter avisado os professores, o Professor Furuya em questão, quando,*
122 *em novembro, quando ele tinha direito a ser lembrado que tinha uma relatório a ser*
123 *entregue, um e-mail não custa nada, um ramal da Universidade não custa nada. Nós*
124 *estamos aqui entre colegas. E a PRORH, se tinha que ter feito aviso, tinha que ter sido em*

125 *dezembro ou no início de janeiro e não o fez. Obrigado*’. Em seguida os recorrentes
126 deixaram a Sala de Reuniões para discussão do Conselho. O Presidente passou a palavra
127 ao Conselheiro relator que expondo seu voto explanou que os instrumentos disponíveis à
128 Comissão Eleitoral estavam corretos no momento da avaliação, sendo assim favorável
129 pela manutenção da decisão do CA, ou seja, pelo indeferimento da inscrição. O Senhor
130 Presidente abriu a palavra para discussão quando houve questionamento do Conselheiro
131 Mauricio Zadra Pacheco a respeito do estabelecido no artigo 15 da Resolução UNIV 21/2013
132 onde consta que o docente será considerado inadimplente decorrido prazo de trinta (30)
133 dias do comunicado da PRORH, se nesse caso específico isso se aplicaria. A Presidência da
134 mesa solicitou ao Presidente da Comissão Eleitoral professor Ulisses Coelho esclarecimentos
135 a respeito do questionamento do Conselheiro Mauricio Zadra Pacheco. Dessa forma o
136 Presidente da Comissão Eleitoral supra nominado explicou que as regras das eleições
137 seguem o Edital baseado inclusive na Resolução que regulamenta a política docente;
138 ressaltou que, no momento da inscrição, o candidato a diretor-adjunto da chapa,
139 professor Wilson Massamitu Furuya, estava inadimplente, de acordo com as informações
140 recebidas da PRORH. O Chefe da Procuradoria Jurídica - PROJUR Advogado Guilherme
141 Amaral Alves esclareceu que o referido parágrafo da Resolução seria exclusivamente para
142 o regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – TIDE; salientou que o professor que
143 não recebe TIDE não receberia nenhuma comunicação da PRORH informando a
144 inadimplência. O Conselheiro Ivo Mottin Demiate, fazendo uso da palavra, observou que
145 referente ao processo a alegação dos recorrentes seria de que não houve comunicação da
146 PRORH a respeito da inadimplência; lembrou que os professores teriam acesso ao sistema
147 a qualquer tempo, e que existiria uma falta de hábito em acompanhar a vida acadêmica
148 nos sistemas da Universidade, uma vez que nos mesmos constariam todos os prazos. O
149 Conselheiro relator também reforçou que os professores teriam condições de consultar a

150 sua situação junto ao sistema da Política Docente e que no momento da inscrição havia
151 inadimplência de um dos candidatos, sendo essa situação que a Comissão Eleitoral utilizou
152 para o indeferimento; encerrou, ressaltando que os mesmos não reuniam as condições
153 necessárias para candidatura. O Conselheiro Giovani Marino Favero explicou que a partir
154 do encerramento da pesquisa, o sistema indicaria “sem relatório” e a partir disso o
155 professor teria até sessenta (60) dias corridos para apresentá-lo e que após esse prazo,
156 caso o professor tenha TIDE, a PRORH enviaria correspondência informando a
157 inadimplência. O Conselheiro Ivo Mottin Demiate questionou se, quando da inscrição o
158 professor já havia protocolizado o relatório. Respondendo ao questionamento o
159 Conselheiro Giovani Marino Favero informou que o relatório foi protocolizado três (3) ou
160 quatro (4) dias após o encerramento das inscrições. O Presidente retomando a palavra e
161 não havendo mais manifestações, colocou em votação o parecer do relator pelo
162 indeferimento da chapa, o qual foi aprovado pela maioria com abstenção do Conselheiro
163 Luiz Alexandre Gonçalves Cunha, justificando que seria para manter coerência com sua
164 abstenção no CA. Em seguida o Presidente passou ao próximo PROCESSO DE RECURSO
165 Nº 04.068/2019 cujos interessados professores Regina Fátima Wolochn e Alexandre
166 Almeida Rocha interpõem recurso administrativo pertinente ao indeferimento da
167 inscrição para concorrer aos cargos de Diretor e Diretor Adjunto do Setor de Ciências
168 Jurídicas - SECIJUR, da UEPG. O Conselheiro relator Marcos Vinicius Fidelis descreveu que
169 o processo foi analisado pela Comissão Eleitoral com o devido rigor e mediante os
170 instrumentos disponíveis atestaram que havia inadimplência, tendo em vista atividade
171 de pesquisa sem relatório e indeferiu a candidatura da chapa e o CA na reunião do dia
172 onze de março passado ratificou o indeferimento; informou que não foi acostado nenhum
173 documento que alterasse a avaliação da Comissão Eleitoral. O Presidente abriu espaço
174 para os recorrentes fazerem igualmente arguição de defesa junto ao Conselho. Iniciando

175 o Professor Alexandre Almeida Rocha principiou sua manifestação que segue transcrita:
176 *“Então, bom dia a todos, cumprimento aqui o Reitor como Presidente deste egrégio*
177 *Conselho, e em nome dele cumprimento todos os Conselheiros presentes. Então nós*
178 *estamos aqui trazendo o recurso pra vocês, diferentemente do que aconteceu lá no CA,*
179 *vocês não tinham recebido com antecedência o documento com as nossas razões do*
180 *recurso porque foi uma inclusão em pauta, mas agora parece que todos já tiveram acesso*
181 *à documentação. Então a gente vai tentar fazer de uma maneira mais simplória possível*
182 *né, até porque entendemos que a tese jurídica que nós estamos sustentando nesse recurso*
183 *ela é bem simples, porque diferentemente do caso anterior, a Professora Regina não é*
184 *TIDE e, diferentemente do caso anterior, ela apresenta o relatório dentro do prazo*
185 *previsto de sessenta dias. O detalhe aqui é que a Professora Regina ela tem o*
186 *encerramento da Pesquisa no dia dezoito de dezembro de dois mil e dezessete. No dia*
187 *quatro de dezembro do mesmo ano, ela já estava autorizada pelo CA para afastar-se*
188 *para Doutorado. O seu prazo de afastamento iniciaria, portanto, dia primeiro de*
189 *fevereiro de dois mil e dezoito, e ela permaneceu de primeiro de janeiro de dois mil e*
190 *dezoito a trinta e um de janeiro de dois mil e dezenove afastada para o Doutorado. O*
191 *nosso recurso deixa bem claro que o professor quando está afastado para Doutorado, ele*
192 *não está obrigado a desempenhar as suas atividades acadêmicas, isso não sou eu que*
193 *estou dizendo, é o Regimento que diz, é a própria Política Docente que estabelece, a*
194 *desobrigação do professor para todas as suas atividades, seja de ensino, pesquisa,*
195 *extensão, ou qualquer outra atividade que ele desempenhe na instituição. Então*
196 *entendemos que o afastamento da professora é uma causa interruptiva desse prazo de*
197 *apresentação do relatório, e mesmo que a gente considere os dias corridos como o*
198 *Professor Giovanni falou que seriam sessenta dias corridos, e contássemos então de dezoito*
199 *de dezembro a partir de dezenove até trinta e um de janeiro, e depois no seu retorno*

200 *contássemos o prazo que ela já estava em atividade, ela protocolou o relatório*
201 *exatamente no prazo de sessenta dias. Então a informação que consta na PROPESP de*
202 *inadimplemento, no nosso modo de ver é equivocada. Por que que ela é equivocada?*
203 *Porque ela gera uma situação de inadimplemento para o professor antes mesmo de*
204 *vencido o prazo para apresentação do relatório. E eu me recordo que isso aqui já foi*
205 *discussão Reitor, no CEPE, numa reunião anterior que o Professor Luciano dizia que*
206 *isso iria dar problema se automaticamente considerar o professor inadimplente, e é*
207 *engraçado porque no processo professor, se o Senhor me permitir, quando a Comissão*
208 *analisa, já que o professor faz referência à Comissão, quando a Comissão analisa a nossa*
209 *inscrição, o nosso recurso da inscrição e indefere o recurso, ela usa como base um*
210 *documento emitido no dia vinte de fevereiro, isso está no processo. A Comissão usa um*
211 *documento emitido no dia vinte de fevereiro pra analisar o nosso recurso e indeferir o*
212 *recurso que a gente havia interposto da não inscrição. O que é engraçado é que no dia*
213 *dezoito de fevereiro a Professora Regina havia protocolado o seu relatório, e não só*
214 *protocolado como submetido à apreciação departamental no mesmo dia dezoito de*
215 *fevereiro e foi aprovado o seu relatório final. Engraçado que o mesmo documento*
216 *continua dizendo que a professora está sem relatório. Então é uma falha, infelizmente,*
217 *uma falha estrutural dentro da própria organização da PROPESP porque não consta, ela*
218 *protocolou dia dezoito de fevereiro, dia vinte que é o documento que está no processo.*
219 *Na nossa inscrição, o primeiro indeferimento, já que o Professor Fidelis se refere no seu*
220 *voto à deliberação da Comissão, no primeiro momento que a Comissão analisa o nosso*
221 *recurso, ela usa um documento datado de vinte de fevereiro onde consta que a professora*
222 *está sem relatório. Ou seja, ela permaneceu inadimplente, parece que, se isso fosse correto,*
223 *considerado inadimplente, ela permaneceria como se fosse inadimplente. Então, há uma*
224 *falha dentro do nosso sistema de protocolo dos relatórios que não é automaticamente*

225 *colocado essa condição, e se o professor tem sessenta dias de prazo para apresentar, e no*
226 *caso dela é a especificidade da situação, portanto não é equivalente à situação anterior*
227 *do Professor Auyb e do outro professor, a situação que realmente ali pesa é ela estar*
228 *desobrigada das suas tarefas como professor. Seria absurdo a gente pensar que alguém é*
229 *autorizado pelo próprio Conselho de Administração a se afastar para um Doutorado*
230 *e, de certo, vai estar lá na França, Europa, não sei aonde, estou inadimplente*
231 *individualmente aqui, vou ter que ir no Brasil protocolar um relatório e aprovar no*
232 *Departamento, se ela está desobrigada. E isso está no regimento! Então, a gente se*
233 *entristeceu muito com toda essa nossa tentativa de demonstrar, do ponto de vista jurídico,*
234 *a nossa possibilidade de concorrer. Não porque a gente tenha dúvida da tese jurídica que*
235 *estamos ali sustentando, porque a gente acha que há de ser muito possível até a gente*
236 *judicializar isso, mas não é o caso e nem queremos isso. A única tristeza que a gente tem*
237 *é que a própria documentação da UEPG nos dá baliza pra isso que nós estamos*
238 *sustentando. Eu até concordo que o primeiro indeferimento da Comissão, Professor Ulisses,*
239 *conversei com o Rodrigo sobre isso, primeiro momento em que a Comissão analisa não*
240 *vejo como a Comissão não ter indeferido num primeiro momento, por que? Porque num*
241 *primeiro momento a Comissão vai se servir de uma informação que está no sistema, ok?*
242 *Que está disponível no sistema e foi o que a Comissão fez. Eu falei para o Rodrigo “Acho*
243 *que a Comissão fez corretamente, ela usou uma informação do sistema onde acusava*
244 *uma situação de inadimplência”, mas aí num segundo momento, e aí peço desculpas,*
245 *acho que a Comissão se equivocou nesse sentido no segundo momento, porque no*
246 *segundo momento nós juntamos os devidos documentos comprovando a situação. Está*
247 *devidamente comprovada essa situação e a Comissão vai definir e em nenhum momento*
248 *enfrentou a nossa discussão, isso é uma outra situação que a gente achou muito estranha.*
249 *Se em nenhum momento quando eu entrei com o recurso pra Comissão, a Comissão não*

250 *respondeu nossos argumentos. Eu queria que alguém me dissesse que eu estava errado*
251 *do ponto de vista jurídico. Quando eu entro para o Conselho, ninguém nos responde*
252 *juridicamente se a nossa tese é procedente ou não, e mais uma vez hoje, com todo*
253 *respeito, mas o professor quando relata se apoia numa decisão da Comissão que está*
254 *estruturada num documento que nos dá baliza porque ela diz para nós que a Professora*
255 *está sem relatório e está com relatório aprovado em reunião departamental. Então, o*
256 *que a gente gostaria era de ter a possibilidade de ter concorrido, infelizmente, eu acho*
257 *que o Edital também não foi observado em duas oportunidades pela administração*
258 *quando nós tínhamos dois dias úteis pra julgar o nosso recurso para o Conselho e dois dias*
259 *úteis pra julgar o recurso para o Conselho Universitário. Essa deliberação do Conselho de*
260 *Administração deveria ter sido lá no dia vinte e oito de fevereiro, e não dia onze de março.*
261 *Isso nos prejudicou demasiadamente em todo processo eleitoral porque é obvio que, o*
262 *Professor Vicente está aqui, o Professor Guilherme está aqui, a Professora Luana, nós não*
263 *tivemos debate para o Setor. Ninguém sabe o que uma chapa pensa, o que a outra*
264 *pensa, porque eu me desgastei, usei todo meu tempo para tentar me inscrever num*
265 *processo democrático. Hoje eu vi a fala do professor lá na inauguração do NPI, o professor*
266 *falou que estamos tentando derrubar as barreiras internas, o sentimento que nos gerou,*
267 *pra mim e pra professora Regina, foi o contrário, parece que a gente viu aqui a construção*
268 *de uma muralha aqui dentro que nos impediu de participar de um processo eleitoral. E*
269 *eu acho que o prejuízo maior não é nem meu e nem da Regina, porque tenho pelo menos*
270 *mais quinze anos de faculdade, posso pensar num outro momento em uma outra eleição,*
271 *mas o maior prejuízo é que a gente deixou de concorrer de uma forma sadia e de*
272 *alimentar um processo de deliberação que é fundamental. Registro que faça essa defesa,*
273 *eu e a Professora Regina usando a nossa prerrogativa como advogados e por isso que*
274 *estamos aqui. Ok, obrigado.”* O Presidente retomando a palavra esclareceu que em

275 nenhum momento a Administração criou barreiras e que houve um atraso na convocação
276 do CA, que não foi deliberado, porém o COU foi convocado e reunido dentro do prazo;
277 salientou que tanto o CA como a Reitoria deveriam buscar a solução de maior proteção
278 para a Instituição; expôs que a Reitoria gostaria que todas as chapas inscritas pudessem
279 concorrer, mas os regulamentos internos deveriam ser seguidos; agradeceu ao Professor
280 Alexandre Almeida Rocha pelos esclarecimentos e abriu a palavra para manifestações. O
281 Conselheiro relator Marcos Vinicius Fidelis relatou considerou a Resolução UNIV nº
282 36/2009 que rege a eleição, a Resolução UNIV nº 21/2013 que criou um impedimento para
283 consecução da candidatura e ainda que qualquer desrespeito à Resolução UNIV nº
284 36/2009 possibilitaria a interposição de recursos pela outra chapa, fragilizando a posição
285 da UEPG e que as obrigações dos professores, quando da inscrição de suas candidaturas,
286 precisariam ser cumpridas no período de inscrição, que nesse caso era do dia primeiro a
287 treze de fevereiro e o relatório foi apresentado no dia dezoito de fevereiro; ressaltou que
288 a Comissão Eleitoral agiu corretamente no indeferimento da inscrição, sendo portanto o
289 voto favorável à ratificação da posição da Comissão Eleitoral e do CA. O Conselheiro
290 Giovani Marino Favero esclareceu alguns pontos lembrando que nesse caso a professora
291 recorrente não estaria no regime de TIDE, diferentemente do caso do Professor Furuya
292 que foi informado através da carta da PRORH, salientando que a Professora não
293 receberia essa carta; continuou expondo que a Professora conseguiu licença para cursar
294 doutorado, que foi aprovada anteriormente ao final do seu projeto, lembrou novamente
295 que, a partir do dia posterior ao encerramento do mesmo, apareceria no sistema “sem
296 relatório”; observou ainda que o retorno as atividades no ano de dois mil e dezenove, se
297 deu um ano e alguns meses após o encerramento da pesquisa, então, nesse caso específico,
298 a professora tomou conhecimento que seu projeto estava sem relatório após a inscrição
299 da chapa. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Ivo Mottin Demiate comparou a

300 situação com os projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica -
301 PIBIC, do qual faz parte do Comitê, onde haveria uma cobrança muito grande em
302 relação aos projetos, destacando não haver possibilidade de apresentar relatório atrasado
303 em momento de inscrição de nova proposta no Programa, pois essa nova proposta seria
304 indeferida; ressaltou a importância de um acompanhamento cuidadoso e frequente junto
305 as atividades desenvolvidas pelo docente, a fim de não acontecer casos como esses. A
306 Conselheira Andrea Tedesco questionou se haveriam professores e alunos envolvidos no
307 projeto, pois também ficariam prejudicados sem esse relatório. O Conselheiro relator
308 lembrou que a questão pertinente no processo seria com relação às inscrições dos
309 professores no período de primeiro a treze de fevereiro, salientando que quando há
310 interesse em candidatar-se, devem-se reunir as condições para a candidatura, inclusive,
311 verificando junto aos relatórios que estão disponibilizados nos sistemas; argumentou ainda
312 que coube a Comissão Eleitoral verificar nesse período as condições que habilitariam a
313 chapa e não havendo questionamento sobre outros professores ou alunos envolvidos no
314 projeto. O Senhor Presidente solicitou ao Conselheiro Giovani Marino Favero informar se
315 teriam alunos e outros professores envolvidos no projeto. O Conselheiro prontamente
316 informou que havia apenas uma acadêmica envolvida. A Conselheira Luana Márcia de
317 Oliveira Billerbeck expôs que ao se criar uma norma com o objetivo de liberação para o
318 professor dedicar-se à pós-graduação, quando de seu afastamento não poderia haver
319 nenhuma inadimplência; lembrou que a inadimplência não apenas se refere ao professor,
320 mas teria um reflexo institucional, na medida dos encaminhamentos de projetos com o
321 dispêndio econômico e financeiro que isso acarretaria, embora isso não fosse objeto da
322 análise do recurso. O Conselheiro Giovani Marino Favero, destacou que, uma vez que
323 todos os participantes dos projetos teriam acesso ao sistema e que o mesmo sendo simples
324 e de fácil acesso, dever-se-ia criar uma prática de verificação, a fim de evitar problemas

325 futuros; concluiu lembrando que seria dever de cada docente verificar rotineiramente no
326 sistema sua situação. Não havendo mais manifestações, o Senhor Presidente colocou em
327 votação o voto do relator pelo indeferimento do recurso, tendo sido aprovado por
328 maioria, com abstenção do Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas. Encerrada a ordem
329 do dia, o Senhor Presidente deixou livre a palavra para quem dela quisesse fazer uso,
330 quando o Conselheiro Lúcio Marcos de Geus manifestou-se a respeito das inadimplências
331 questionado a possibilidade de ser encaminhado *e-mail* informando aos professores que
332 se encontram inadimplentes, evitando assim esses transtornos. O Conselheiro Giovani
333 Marino Favero alegou que não haveria servidores suficientes para esse tipo de trabalho,
334 tendo em vista que o número de docentes seria muito grande; considerou a possibilidade
335 de enviar *e-mail* semanal aos professores, lembrando-os de acessar o sistema. O
336 Presidente solicitou ao Núcleo de Tecnologia de Informação - NTI a possibilidade de fazer
337 de forma automática essa informação, não somente dos projetos de pesquisa, como
338 também de extensão. O Conselheiro Ivo Mottin Demiate reforçou que deveria ser dado o
339 mesmo tratamento aos Projetos de Extensão, Pesquisa e Projetos Integrados
340 independente do TIDE; salientando a necessidade de criar uma cultura para que os
341 professores fiquem mais atentos aos sistemas. O Presidente informou que em breve se
342 iniciaria a construção do novo *site* da UEPG, mais simplificado, então, sugeriu que nesse
343 novo *site*, pudesse ser criado um alerta específico para facilitar o acesso aos sistemas.
344 Próximo a fazer uso da palavra o Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha
345 pronunciou-se a respeito de que alguns regulamentos estariam de certa forma
346 incentivando para que os professores fossem menos produtivos, tendo em vista o acúmulo
347 de projetos e obrigações deles decorrentes; em seguida, relatou que em reunião do
348 Colegiado Setorial, levantou-se uma questão muito grave no que se refere à
349 disponibilidade de funcionários para atender necessidades fundamentais, como a falta de

350 técnicos especializados nos laboratórios; expôs que, a falta de funcionários especializados
351 como técnicos em laboratório, geraria um problema mais sério como a questão da
352 segurança e acompanhamento dos alunos nos laboratórios; salientou que essas
353 informações trazidas ao Conselho subsidiariam a Administração no diálogo junto ao
354 Governo. O Senhor Vice-Reitor Professor Everson Augusto Krum informou que a respeito
355 dos servidores houve um pedido de atualização da situação do quadro funcional, por
356 parte do Governo. Com relação as normas e regulamentos, lembrou que existem os
357 Conselhos Superiores e os Colegiados Setoriais, para discutir e fazer as adequações que se
358 façam necessárias; mencionou que estaria em estudo, com o objetivo de alteração no
359 regulamento, a liberação de professores para participação como ouvinte em eventos,
360 frisando que com as despesas pagas por estes; lembrou que atualmente haveria liberação
361 somente aos professores como apresentadores de trabalho, porém, seria estabelecido um
362 limite de eventos por ano. O Senhor Presidente retomando a palavra, respondeu ao
363 Conselheiro Luiz Alexandre Gonçalves Cunha da existência de um trabalho intenso junto
364 ao Governo com a finalidade de se fazer essas reposições; solicitou que se fizesse um
365 levantamento de prioridades de recursos humanos junto ao Setor de Ciências Exatas e
366 Naturais - SEXATAS. O Conselheiro Mauricio Zadra Pacheco, em relação a inadimplência
367 verificada no processo eleitoral e com o intuito de evitar problemas, sugeriu que nos
368 próximos editais fosse solicitado aos candidatos que anexem os relatórios, assim o próprio
369 candidato já estaria ciente de sua situação. O Presidente agradeceu a sugestão e
370 informou que estaria em reformulação a Resolução que regulamenta as eleições. O
371 Conselheiro Giovani Marino Favero registrou agradecimento a equipe da Pró-Reitoria de
372 Pesquisa e Pós-Graduação - PROPESP e a Professora Mara Cristina de Almeida Matiello
373 pelo empenho de todos na entrega dos relatórios das pós-graduações na Plataforma
374 Sucupira. A Presidência parabenizou a PROPESP pelo trabalho, informando sobre

375 mudança da metodologia de apresentação dos relatórios da Plataforma Sucupira, que
376 passariam a ser mensais, para que os resultados não fiquem apenas para o final do ano.
377 O Conselheiro Antonio José Camargo a respeito das candidaturas, sugeriu também a
378 apresentação por parte dos candidatos das fichas de inadimplência, expondo ainda que
379 a questão do pedido de afastamento não ficou muito claro, gerando dúvidas de quem
380 assumiria o Setor, sugeriu que a PRORH fizesse um levantamento dessa informação; em
381 relação ao atraso na apresentação dos relatórios dos projetos, discorreu que numa equipe
382 multidisciplinar, com vários professores participando e em caso do coordenador não
383 apresentar o relatório, sugeriu que os professores poderiam apresentar relatórios
384 individuais, salientando que isso até poderia gerar um desconforto dentro da equipe, mas
385 por outro lado, o pesquisador ou extensionista não ficaria dependente do coordenador
386 que não apresentou o relatório, diminuindo com isso alguns problemas; em relação a falta
387 de servidores, lembrou que além da não reposição, que na pós-graduação estariam sendo
388 implantadas as secretarias coletivas, onde um funcionário atenderia várias secretarias;
389 expôs ainda, a preocupação quanto às funções gratificadas dos servidores das secretarias,
390 colegiados e departamentos, lembrando da lei estadual que as regulamenta nas
391 universidades estaduais e que a partir dessa implantação, haveria um grande problema
392 a ser enfrentado pela administração da Universidade; assim, solicitou que os Reitores das
393 instituições verifiquem a possibilidade de adiar a implantação da lei, uma vez que os
394 servidores precisam dessas gratificações. A Presidência manifestou-se em relação à
395 sugestão do relatório individual dos projetos que poderia se estudar a possibilidade de
396 contemplar numa nova legislação, assim, incumbiu o Conselheiro Giovani Marino Favero
397 para junto com a Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN verificar essa possibilidade;
398 já referente aos recursos humanos, explanou que seria um problema geral, não só da
399 UEPG, uma vez que existiria grande força contrária aos concursos públicos e diante disso,

400 deve-se fazer um trabalho político muito cuidadoso para convencer o Governo a investir
401 nas Universidades, informando que já estariam sendo feitos alguns encaminhamentos a
402 respeito do assunto; destacou que as prioridades no momento seriam, a aprovação da
403 carga horária de mil e duzentas horas (1.200) para professores colaboradores a ser votado
404 na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná - ALEP provavelmente ainda nessa
405 semana e que os cargos de todas as universidades que ainda não foram aprovados e que
406 estariam com o líder do Governo, deputado Hussein Bakri, que se comprometeu em
407 aprovar o Plano de Cargos das Universidades e derrubar o descontingenciamento e a
408 Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios - DREM, pois caso não haja a liberação
409 do orçamento, a partir de abril já teríamos problemas; ressaltou haver uma pauta de
410 trabalho por prioridades, a reposição dos quadros técnicos ficou como prioridade para o
411 segundo semestre. Próximo a fazer uso da palavra o Conselheiro Vicente Paulo Hajaki
412 Ribas observou a importância do acesso às gravações das reuniões, uma vez que nem
413 sempre as atas estariam disponíveis, dificultando àqueles que dependem do acesso às
414 deliberações dos Conselhos; destacou que as reuniões sendo públicas, não haveria nenhum
415 impedimento aos interessados em ter acesso às gravações, uma vez que não haveria
416 segredo nas deliberações; ressaltou que, até certo tempo não era permitida a presença de
417 advogados nas reuniões, ferindo com isso, o estatuto dos mesmos; finalizou informando,
418 que essa seria sua última participação nesse Conselho, uma vez que encerraria seu
419 mandato na condição de Diretor do SECIJUR nos próximos dias, expondo que ficou
420 honrado em participar por quatro (4) anos com todos os Conselheiros, nos debates, sempre
421 na busca da construção de uma Universidade cada vez melhor. O Presidente agradeceu
422 ao Conselheiro Vicente Paulo Hajaki Ribas pela contribuição não somente nos Conselhos
423 Superiores como também na Administração da UEPG, quer seja representando a Reitoria
424 em Brasília quando solicitado ou buscando recursos para a Universidade, lembrando da

425 doação de seiscentos (600) computadores à Instituição por intermédio do Conselheiro,
426 sempre trabalhando em prol da UEPG, parabenizando-o pela sua trajetória na
427 Instituição; continuando informou a respeito das gravações das reuniões dos Conselhos,
428 que as mesmas estariam disponíveis a quem solicitar e que a Administração não faria
429 nenhuma obstrução de informação, exceto as sigilosas. Concedida palavra à Professora
430 Regina Fátima Wolochn que explicitou a importância das atas serem aprovadas sempre
431 nas reuniões seguintes, justificando a importância como sendo uma questão de segurança
432 e de publicidade, que juridicamente, nenhuma das reuniões teria valor por não ter ata
433 aprovada; salientou a prioridade na questão de segurança nos laboratórios, uma vez que
434 havendo riscos, inclusive a vida. Respondendo as considerações da Professora Regina
435 Fátima Wolochn, o Presidente relatou haver um projeto para que as reuniões sejam
436 transmitidas *online*, quando houver a implantação do canal de televisão institucional e
437 que em relação à segurança houve reuniões com o Governo do Estado e que deveria ser
438 aberto um edital específico para o Plano de Segurança das Universidades Estaduais;
439 salientou que já foram feitos todos os levantamentos de segurança da Universidade,
440 inclusive de custo, para apresentar ao Governo. Foi cedido a palavra também ao
441 Professor Alexandre Almeida Rocha que registrou agradecimento pelo pronto e bom
442 atendimento dos servidores da Secretaria Geral dos Conselhos Superiores - SEGECON
443 quando da solicitação de cópias de processos; agradeceu também o Professor Ulisses
444 Coelho, Presidente da Comissão Eleitoral, pela condução do processo, concedendo acesso
445 a todos os documentos, dessa forma salientou a importância do acesso às informações;
446 encerrou informando não haver intenção de uma judicialização. Não havendo nada mais
447 a tratar, ao meio dia e vinte minutos, a Presidência agradeceu a presença de todos e
448 declarou encerrada esta reunião, da qual, eu, Ilse Renate Lauer Sanson, Secretária dos
449 Conselhos Superiores, lavrei a presente ATA, que depois de aprovada será assinada pelos

450 presentes. Sala dos Conselhos Superiores da Universidade Estadual de Ponta Grossa,
451 dezoito de março de dois mil e dezenove.

452 **ATA Nº 2/2019**

453 Miguel Sanches Neto _____

454 Everson Augusto Krum _____

455 Andrea Tedesco _____

456 Barbara Celânia Fiorin _____

457 Cloris Regina Blanski Grden _____

458 Giovani Marino Favero _____

459 Irvana Chemin Branco (suplente) _____

460 Ivo Mottin Demiate _____

461 Janaina de Paula do Espírito Santo _____

462 Jeverson Machado do Nascimento _____

463 Ligia Paula Couto _____

464 Luana Marcia de Oliveira Billerbeck _____

465 Lucimar Araújo Braga _____

466 Lúcio Marcos de Geus _____

467 Luiz Alexandre Gonçalves Cunha _____

468	Marcia Helena Baldani Pinto (suplente)	_____
469	Marcos Vinicius Fidelis	_____
470	Marcus William Hauser	_____
471	Mauricio Zadra Pacheco	_____
472	Paola Andressa Scortegagna	_____
473	Silvio Luiz Rutz da Silva	_____
474	Telma Passos	_____
475	Vicente Paulo Hajaki Ribas	_____
476	Presentes:	
477	Guilherme Amaral Alves	_____
478	Luciane Pereira da Silva Navarro	_____
479	Luiz Gustavo Barros	_____
480	Paulo César Machado Lemos	_____
481	Ilse Renate Lauer Sanson - Secretária	_____